

E O CAMPO SE DIVIDE: o Ministério da Agricultura e seus técnicos durante a Guerra Fria (1946-1954)

Carolina da Cunha
Rocha

Doutora em História por El
Colegio do México.

Recebido: 20/05/2022
Aprovado: 28/06/2022

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a trajetória institucional do Ministério da Agricultura (MA) durante os anos iniciais da Guerra Fria. Neste momento, registrou-se uma maior consolidação dos setores empresariais fazendo com que a agricultura passasse a ser entendida como um negócio dependente de mudanças tecnocientíficas para uma melhor colocação comercial no cenário nacional e internacional. Além disso, a urbanização, o êxodo rural, a pobreza dos trabalhadores agrícolas e o aumento dos conflitos agrários surgiram como problemas aos quais o governo deveria dar respostas concretas. Durante este período foram realizadas as primeiras tentativas do Estado de reconhecer essas questões e resolvê-las tanto administrativamente como politicamente, especialmente com o estabelecimento das campanhas de extensão rural, como a missão rural de Itaperuna e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). Cabe ressaltar que estas transformações exigiram da máquina administrativa sua adaptação, demandando dos técnicos tanto novos mecanismos de ação, como sua própria mutação, passando a incorporar a participação de mulheres em seus quadros profissionais.

PALAVRAS-CHAVE

Ministério da Agricultura; Técnicos agrários; Política agrária.

Introdução

Este trabalho visa compreender algumas das políticas agrárias do Brasil no período compreendido entre a eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) em 1946, e a volta de Getúlio Vargas (1882-1954) ao poder nas eleições de 1950, até sua morte, em 1954. Apesar de haver certa continuidade administrativa das políticas agrárias implementadas no Estado Novo, os projetos da responsabilidade do Ministério da Agricultura (MA) entre 1946 e 1954 seriam objeto de uma nova dinâmica, impulsionados tanto pelo contexto de uma instabilidade política interna, como pela disputa ideológica inaugurada com a Guerra Fria, fatores que irão intervir diretamente na condução de tais iniciativas. A partir do segundo mandato de Vargas, em 1951, é possível afirmar que visando manter a coerência política e o apoio de sua base popular, Vargas fez esforços claros para incluir os trabalhadores rurais em sua política trabalhista, bem como para transformar a realidade rural ao iniciar o debate sobre a reforma agrária, assunto tabu na administração federal. Para ratificar essa hipótese, destacam-se dois discursos de Vargas: o proferido no Dia do Trabalho e o de comemoração do ano novo, ambos de 1951.

O discurso de 1º de maio proferido no estádio de futebol São Januário, no Rio de Janeiro, Vargas destacou como ponto fundamental de seu atual programa de governo a extensão dos benefícios da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, principalmente no que dizia respeito à assistência médico-social, moradia, educação dos filhos, salário mínimo, direito à indenização e estabilidade no emprego.¹ Por sua vez, em seu discurso de dezembro de 1951, Vargas relatou os problemas climáticos do Sul e do Nordeste que resultaram na baixa produção de produtos alimentícios e na redução acentuada da produção de carne, leite e manteiga para os mercados consumidores. Era, portanto, necessário organizar o setor produtivo nacional, contando para isso com empréstimos feitos junto ao Banco do Brasil para uma série de empreendimentos (como construção de silos, armazéns, frigoríficos, matadouros industriais etc.) e para o aumento das indústrias de base, destacando a necessidade de ampliar o acesso dos produtores rurais às máquinas agrícolas. O presidente destacou ainda a expansão das colônias e núcleos coloniais da União, bem como o incentivo à imigração europeia, destacando ainda que a nova legislação em tramitação permitiria maior facilidade de acesso à pequena propriedade, antes da realização de uma reforma agrária. Este, por sua vez, seria objeto de estudos de um órgão especial do governo, a Comissão Nacional de Política Agrária, projeto que fazia parte de um grande programa de recuperação nacional.²

É importante notar que a limitação de fontes primárias para o período de 1946 a 1954 representou um obstáculo. Infelizmente, não foram encontrados álbuns referentes aos relatórios oficiais do MA para o período entre os anos de 1946 e 1950, ou seja, de todo o governo Dutra, bem como apenas se localizou apenas dois Boletins Ministeriais referentes aos anos de 1946 e 1947, espécie de revista interna do ministério sobre ações dos técnicos e atividades do órgão. Além disso, para a segunda

1 Maria Celina D'Araújo em Getúlio Vargas, *Getúlio Vargas (1883-1954), Série perfis parlamentares*, n.62. Maria Celina D'Araújo (Org). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011 p.675.

2 Vargas, *Getúlio Vargas (1883-1954)*, p.692.

Era Vargas, os relatórios ministeriais dos anos de 1951 a 1955 são muito curtos e carecem de maior sistematização, assim como não foram identificados Boletins Ministeriais do período, fazendo com que a investigação se baseie em fontes secundárias, como a *Revista do Serviço Público* (RSP), por exemplo. A instabilidade política é evidenciada pelo facto de alguns dos relatórios oficiais não terem sido redigidos pelo ministro da época, mas pelo diretor do Serviço de Informação Agrária (SIA), José Anastácio Vieira (para os anos de 1954 e 1955), o que revela a grande oscilação política vivida pelo órgão, principalmente após a morte de Vargas em 1954. Entre 1946 e 1955, foram nomeados uma série de nove ministros cuja permanência no cargo foi de curta duração (média de dez meses), o que expressa claramente a grande alternância de gestão nos anos de retorno democrático. A hipótese defendida é que a grande instabilidade política que ganhou espaço especialmente a partir do segundo mandato de Vargas também afetou diretamente as políticas públicas para o campo promovidas pelo MA, fazendo com que o órgão servisse como espaço de disputas ideológicas e produtivas, forças que fizeram fracassar grande parte dos projetos técnicos de mudança agrária do período.

Quadro n.1 Ministros da Agricultura entre 1946 e 1955

Nome	Origem	Profissão	Período – Duração em meses
Theodureto Leite de Almeida Camargo	São Paulo	Agrônomo	Novembro de 1945 a Janeiro de 1946 (2 meses)
Manuel Neto Campelo Junior	Pernambuco	Advogado	Janeiro a Outubro de 1946 (9 meses)
Daniel Serapião de Carvalho	Minas Gerais	Advogado	Outubro de 1946 a Abril de 1950 (6 meses)
Antonio Novais Filho	Pernambuco	Advogado	Abril de 1950 a Janeiro de 1951 (9 meses)
João Cleophas de Oliveira	Pernambuco	Engenheiro Civil	Janeiro de 1951 a Junho de 1954 (53 meses)
Apolônio Sales	Pernambuco	Agrônomo	Junho a Agosto de 1954 (2 meses)
José da Costa Porto	Pernambuco	Advogado	Agosto de 1954 a Maio de 1955 (9 meses)
Bento Munhoz da Rocha Neto	Paraná	Engenheiro Civil	Maió a Novembro de 1955 (6 meses)
Eduardo Catalão	Bahia	Agrônomo	Novembro de 1955 a Janeiro de 1956 (2 meses)

Fonte: elaborado pela autora.

Durante boa parte do segundo mandato Vargas, entre janeiro de 1951 e julho de 1954, João Cleophas de Oliveira (1899 – 1987), um dos fundadores do partido União Democrática Nacional (UDN), partido contrário à Vargas, permaneceu no cargo de ministro da Agricultura. A presença de João Cleophas no posto contribui para a entender a origem de alguns dos obstáculos que se interpunham no caminho das transformações no mundo agrário brasileiro e da falta de protagonismo do MA como motor de partida desses direitos. Talvez isso explique por que as grandes discussões sobre educação do campo, direitos dos trabalhadores e reforma agrária, por exemplo, não foram conduzidas exclusivamente pelo MA na época, mas sim, foram temas debatidos no Ministério da

Educação e Saúde (MES) ou Trabalho (MT), além de agências criadas para certos fins específicos, instituições que seriam eventualmente ocupadas por representantes de partidos favoráveis à política varguista.

É válido ressaltar que houve grande continuidade dos departamentos e serviços criados no MA durante o Estado Novo, algo que não impediu que a política agrícola do período Dutra e do segundo governo Vargas também se caracterizassem pela criação de diversos órgãos com vistas ao desenvolvimento agrícola e à colonização do país, como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Fundo de Crédito à Pesca, a Comissão Nacional de Política Agrária, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Serviço Social Rural e o Subcomitê de Jeeps e Tratores. Além disso, a gestão do período também foi orientada para o desenvolvimento regional, sendo criado o Instituto Brasileiro do Café (1952), buscando atender às demandas do setor cafeeiro, o Banco de Crédito da Amazônia (1950), a Superintendência do Plano de Valoração Econômica do Amazonas (1953), o Instituto Nacional do Babaçu (1953) e o Banco do Nordeste (1952).

A linha de transformações também passou pela ampliação das atribuições e responsabilidades do MA para lidar com o desenvolvimento das regiões marginalizadas diante do crescimento urbano e demográfico da zona centro-sul do país na primeira metade do século 20. Dessa forma, o MA também contribuiu para viabilizar um projeto de integração nacional, principalmente no que diz respeito à revitalização de regiões econômicas consideradas menos atuantes, como o Norte e Nordeste do país. Algo que se ratifica quando analisadas as origens regionais dos ministros do MA entre 1946 e 1955 nitidamente dominadas pela influência política dos estados do Nordeste. Além disso, se durante os anos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi fundamental ter engenheiros agrônomos como ministros, papel técnico que se caracterizou por buscar alavancar a força produtiva e comercial no Brasil tanto para abastecer o mercado interno como para integrar-se ao comércio internacional em expansão, é possível deduzir que o conhecimento tecnocientífico no pós-guerra deixou de ser fator fundamental para ocupar o cargo de ministro, uma vez que no ambiente da Guerra Fria outras dinâmicas assumiram importância crucial no espaço político, como a disputa ideológica e a influência geoeconômica. Nesse sentido, houve uma preponderância de ministros não vinculados a quadros técnicos, mas com perfil político, ou seja, não há agrônomos no posto mais alto do ministério, a diferença do que ocorreu durante boa parte do Estado Novo.³

Talvez isso explique a ampliação de políticas estatais voltadas para o desenvolvimento da região Nordeste, muitas relacionadas com o impacto social e econômico gerado pelos períodos de secas severas, sendo especialmente graves os de 1945 e a de 1951 a 1953. Nesse sentido, a falta de os recursos produtivos e o grande contingente populacional em situação de pobreza tornaram a região um espaço propício para a migração rural e também para as demandas pela reforma agrária, formando-se, a partir de 1945, as primeiras Ligas Camponesas. Com o aumento das tensões sociais na região Nordeste, em 1946, foi aprovado no Congresso Nacional que 1% de toda a arrecadação tributária federal fosse aplicada, por 20 anos, no aproveitamento das possibilidades econômicas do

3 Veja-se a tese de doutorado de Carolina da Cunha Rocha, “*Cultivando el Estado, sembrando el progreso: el Ministerio de Agricultura y la formación de la tecnocracia agraria de Brasil (1930-1955)*”, El Colegio de México, Cidade do México, 2021.

Rio São Francisco e seus afluentes. A ideia era elevar os padrões de trabalho de seus habitantes para evitar a migração, dinamizar a economia da região e também para evitar a disseminação de ideologias consideradas nocivas pelas elites políticas, como seria o caso do comunismo. Essa política foi antecessora da Comissão do Vale do São Francisco, entidade autônoma criada em julho de 1951, que passou a tratar da exploração e conservação dos recursos naturais da região, reflorestamento e uso racional da terra, fomento à produção, aumento imigração e colonização, educação profissional e cuidados de saúde para as populações rurais.⁴

No entanto, as soluções políticas não foram suficientes para conter o avanço migratório em direção ao Sul do país. É possível afirmar que a migração de nordestinos, aliada ao processo natural de urbanização no Brasil, representou o grande problema agrário no início da década de 1950, que era o aumento demográfico nas grandes cidades, como já alertava o Relatório Abbink em 1949. Se em 1920 o Brasil tinha cerca de 31 milhões de habitantes, em 1951, eram mais de 52 milhões de habitantes, um aumento de 60% em um ambiente de agricultura frágil.⁵ O Brasil ainda era um país essencialmente agrícola, embora o desenvolvimento agrário tenha crescido lentamente em relação à produção industrial.

Em 1951, o relatório do ministro João Cleophas alertava para o fato de que os rendimentos agrícolas permaneciam estacionários, a lenta mecanização da agricultura e o método tradicional de produção conduziam a um rápido esgotamento dos solos tropicais, num contínuo empobrecimento das terras. Além disso, João Cleophas alertou que a população aumentava a um ritmo superior aos meios de subsistência e cada vez mais rápido nos grandes centros, fazendo com que a produção rural não acompanhasse o ritmo das compras nas áreas urbanas. As concentrações industriais cresciam nos grandes centros urbanos ao mesmo tempo em que os campos eram abandonados, de modo que o aumento da produção agrícola deveria ser uma campanha pela própria sobrevivência do povo brasileiro. Se a grande agricultura voltada para a exportação ainda era capaz de despertar interesse, praticar a agricultura de subsistência era um ato heroico, em sua opinião.⁶ Nesse sentido, era preciso expandir a fronteira agrícola, uma vez que a urbanização e a industrialização pressionavam a agricultura.

Educação, extensionismo e assistencialismo rural

Diante do que foi exposto, era preciso que fixar o homem e a mulher do campo na terra, assim como estimular uma produção racional e científica nos campos brasileiros. Nesse sentido, algumas das novas diretrizes para a educação rural do período estão refletidas no relatório ministerial de 1954-1955, que talvez não tenha sido formulado exclusivamente pelo novo chefe da Superintendência de Ensino

4 CPDOC/FGV. Entrada: Comissão do Vale do São Francisco.

5 Brasil, Biblioteca Nacional, Relatório do Ministério da Agricultura, Ministro João Cleophas Oliveira, álbum 1951, p.18.

6 Brasil, Biblioteca Nacional, Relatório do Ministério da Agricultura, Ministro João Cleophas Oliveira, álbum 1951, p.18.

Agrário e Veterinário (SEAV), Newton de Castro Belleza (1899 -1982),⁷ mas também correspondiam a uma orientação doutrinária de forte influência estadunidense na administração federal, bem como aos interesses da elite agrária nacional: 1) Maior desenvolvimento da educação extensiva, voltada para a população rural de todas as idades e ambos os sexos, em seu próprio ambiente de trabalho; 2) Prática de aprendizagem da agricultura com base em suas próprias atividades agrícolas, evitando o processo teórico; 3) Instalação de um centro social rural junto a cada um dos estabelecimentos de ensino, de forma a reunir alunos, professores, funcionários e membros da própria comunidade; 4) Inclusão da educação feminina para a vida rural; 5) Implementação da *vocational education* (educação profissional); 6) Inclusão do ensino das indústrias rurais nas escolas do ministério, com vistas ao desenvolvimento *in situ* de indústrias de produtos de origem vegetal e animal como ponto básico para alcançar a melhoria da vida rural, visando o equilíbrio entre o campo e a cidade.⁸

A educação profissional e o extensionismo rural não eram temas novos na política educacional em 1954, devido à grande influência dos Estados Unidos e seus métodos pedagógicos para o campo brasileiro já utilizados tanto durante como após a Segunda Guerra Mundial.⁹ No entanto, no que se refere ao *vocational education* é importante destacar que se tratava de uma técnica que buscava organizar cursos profissionalizantes e pré-profissionais em conjunto com estabelecimentos de ensino médio e fundamental, como forma de orientação profissional. No Brasil, o projeto era criar cursos profissionalizantes agrícolas e veterinários em conjunto com grupos escolares e escolas primárias localizadas no interior do país, como forma de apoio pedagógico, identificando desde cedo o aluno mais propenso a exercer atividades rurais. No entanto, a orientação vocacional atuou, na maioria das vezes, como um modelo de imposição cultural que buscou manter a mão de obra localizada em áreas isoladas do país no mundo rural, evitando assim o êxodo urbano para as cidades em formação, assim como garantiria os braços necessários para a indústria agrícola.¹⁰

A *vocational education* estava ligada à ideia de extensionismo rural no Brasil porque se entendia que, com o desenvolvimento educacional das populações agrícolas, aumentavam-se as oportunidades de fixá-las nas atividades rurais e, assim, apoiar o processo de desenvolvimento do país. Nesse sentido, a educação extensiva do produtor rural, portanto, deveria ocorrer paralelamente à educação escolar, daí a importância da extensão rural como método de condicionamento cultural para o setor agrário e como recurso que se traduziu, do ponto de vista sociológico, “numa aculturação provocada em um tipo de técnica e cultura primitiva que busca substituir ou modificar”.¹¹ Cabe mencionar também que a extensão rural seria fortemente incentivada pelas entidades de classe que defendiam a difusão tecnológica entre os pequenos proprietários, o que contribuiria para o aumento

7 Veja-se mais sobre o papel de Belleza na agricultura brasileira na tese doutoral de Rocha, “*Cultivando el Estado, sembrando el progreso*”.

8 Brasil, Biblioteca Nacional, Relatório do Ministério da Agricultura, Diretor do Serviço de Informação Agrícola José A. Vieira, álbum 1954-1955, pp.99-100.

9 Veja-se a tese doutoral de Rocha, “*Cultivando el Estado, sembrando el progreso*”.

10 Veja-se Sônia Regina de Mendonça, *Ensino agrícola e a influência norte-americana no Brasil* (1945-1961). Em *Tempo*, v.15, n.29, 2010, pp.139-165.

11 Newton de Castro Belleza, “Diretrizes para o ensino agrícola”. *RSP*, v.66, n.1, Janeiro -1955, pp.65-70.

da produtividade e consequente abastecimento do mercado interno e externo.¹²

Dessa forma, o desenvolvimentismo no MA se expressaria por meio de um trabalho básico de engenharia social e moralização coletiva da população rural e dos setores semiurbanos, com o objetivo de conter o conflito social e também o avanço das ideias comunistas já em difusão do meio rural. Essa reforma civilizatória pretendida pelo MA apresentou novas articulações dentro do quadro de atores com quem o ministério trabalhou, que passou a incluir técnicos de outras secretarias, ministérios, entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, e também de outras organizações (como representantes de sindicatos e da Igreja Católica) em seus projetos nacionais.

Nesse sentido, é importante entender a influência das associações agrárias nos modelos de extensão aplicados no país. O fim da Era Vargas é um momento de transição entre a hegemonia agrário-exportadora para o início da urbano-industrial e, assim, a ideia de sindicalização e associativismo já alcançada para os trabalhadores urbanos tentou ser aplicada ao campo. No entanto, diante da grande oposição das elites agroindustriais, não foi possível construir a mesma ideia de sindicalização corporativa no setor agrícola tal como existia no setor industrial. Segundo Carolina Ramos, parte da elite agrária organizada em torno da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) defendia a ideia de que a natureza das atividades agrícolas dificultava a formação de sindicatos. Nesse sentido, em 1945, o SNA conseguiu estabelecer perante o governo a criação de uma Confederação Rural Brasileira (CRB), cujo sistema de representação agropecuária buscava abranger todos os profissionais do campo sem divisões de classe (representava ao mesmo tempo a interesses de latifundiários e simples jornaleiros, por exemplo), formados por associações municipais e federações estaduais.¹³

Ramos afirma que a CRB era uma associação vinculada ao MA, mantida por subsídios do governo e pela contribuição de seus associados, de base corporativista e dedicada a representar e defender os interesses dos produtores rurais do país no âmbito institucional estatal.¹⁴ Por esse motivo, o CRB teve a prerrogativa de contribuir para a formulação de políticas públicas junto aos órgãos do governo federal, de representar oficialmente a agricultura do país como um todo, além do fato de que todas as associações poderiam se dirigir ao poder público dando conhecimento prévio do assunto à CRB. Dessa forma, segundo Ramos, por meio da CRB, membros das elites agrárias passaram a ter amplo espaço na esfera estatal, ao mesmo tempo em que os trabalhadores rurais encontravam grande dificuldade em organizar seus próprios sindicatos.¹⁵ Nesse ponto cabe destacar que a CRB, que surgiu da SNA, e a ideia de extensão rural a ser promovida por essas entidades deveria seguir distintos modelos de aplicação, dependendo dos diferentes membros da camada rural do Brasil a que se destinava.

12 Pedro Cassiano Farias de Oliveira, *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) (1948-1974)*, dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013, p.24.

13 Carolina Ramos, *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*, tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011, p.34.

14 Ramos, *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro*, p.34.

15 Ramos, *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro*, p.34.

Segundo Pedro Cassiano de Oliveira, os integrantes do CRB entendiam que os segmentos mais humildes da classe rural deveriam ser tratados de forma diferenciada pelo Estado: os pequenos proprietários rurais, mais integrados ao capitalismo comercial nacional e internacional, seriam atendidos pelas agências de extensão rural de modelo estadunidense; enquanto isso, os setores mais humildes da sociedade rural, não integrados a nenhuma esfera produtiva em escala mercantil, seriam objeto de assistencialismo praticado pelo Serviço Social Rural (SSR) do MA.¹⁶ Ou seja, por um lado, para os integrantes do primeiro grupo, a estratégia era atender a demanda do mercado interno por meio do uso intenso de tecnologia e, como seu trabalho se correlacionava com os interesses dos grandes proprietários rurais, a ideia era estimular seu desenvolvimento para atender também a demanda do mercado internacional de *commodities*. Por outro lado, para os integrantes do segundo grupo, as práticas assistencialistas do SSR foram uma forma de neutralizar as tensões sociais causadas pelo aumento dos conflitos no campo.¹⁷

Dessa forma, a nova orientação educacional no campo representou o início de um projeto mais amplo e diversificado de atendimento aos trabalhadores rurais pelo MA, que incluiu a implantação de cursos de extensão rural para formação de agentes da educação do campo, como professores e técnicos agrícolas, bem como a realização de exposições de produtos regionais, missões católicas rurais e semanas ruralistas. Esses diferentes métodos de ação educativa no campo foram organizados pelo MA e apoiados por diversos setores, como o MES, a Ação Católica Nacional e suas dioceses, o Instituto Social da Universidade Católica, o Fundação Getúlio Vargas (FGV), Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), entre outros.¹⁸ É importante destacar o convênio entre o MA e a Igreja Católica para o trabalho cooperativo na extensão agrícola, especialmente nas Semanas Ruralistas e também com os Clubes Agrícolas. Muitas vezes, as missões rurais eram realizadas em festas religiosas frequentadas por um grande número de devotos, aproveitando essas oportunidades para oferecer instrução a um grande número de agricultores, além de exibição de filmes, seminários, consultas médicas e distribuição de material informativo.¹⁹ Por seu lado, o Serviço de Informação Agrária (SIA) do MA apoiou a organização das comunidades, a criação de associações e centros sociais rurais destinados a prestar às populações locais serviços básicos como médico-sanitário, agrícola e economia doméstica, bem como fornecimento de equipamentos de educação audiovisual.

Nesse sentido, vale destacar a participação do SIA e também SEAV, órgãos do MA, em alguns dos mais importantes projetos de educação do campo iniciados e/ou promovidos no período, como a missão de educação rural de Itaperuna e a Campanha Nacional de Educação do Campo (CNER).

16 Oliveira, *Extensão rural e interesses patronais no Brasil*, p.42.

17 Oliveira, *Extensão rural e interesses patronais no Brasil*, p.42.

18 Brasil, Biblioteca Nacional, Relatório do Ministério da Agricultura, Ministro João Cleophas Oliveira, álbum 1951, p.191.

19 Brasil, Biblioteca Nacional, Relatório do Ministério da Agricultura, Ministro João Cleophas Oliveira, álbum 1952, p.253. Essa relação seria aprofundada com a criação da Agência Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em 1956, devido à grande internalização e liderança exercida pela Igreja Católica (posteriormente, também por igrejas protestantes) junto às comunidades mais distantes do país, momento em que se oferecia formação para religiosos devido à grande carência de agrônomos capazes de integrar o quadro de extensionistas da agência. Oliveira, *Extensão rural e interesses patronais no Brasil*, p.54.

Ambos os projetos, embora voltados para a educação do campo, trouxeram consigo ferramentas de um tipo específico de extensionismo rural que mesclava práticas assistencialistas com tentativas de modernização produtiva e reforma social no campo, ainda sendo bastante diferentes do tipo de extensionismo de perfil abertamente comercial que seria introduzido pelo Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA) com a Agência Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), fundada em 1948, em Minas Gerais, mas dinamizada a partir de 1951, e expandido com a criação da Agência Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em 1956.²⁰

A missão rural de educação de Itaperuna (1949-1951)

Desde a década de 1940, o Brasil buscou criar serviços de educação básica apoiados pelos programas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), organismo internacional dedicado à educação como forma de melhorar as condições de vida e combater a pobreza, e da Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo a missão experimental de educação do campo em Itaperuna, em 1949, resultado do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado na cidade de Petrópolis no mesmo ano. Participaram do evento profissionais da Guatemala, México e Venezuela para discutir experiências educativas baseadas no desenvolvimento comunitário. O manual oriundo desse seminário reforçou a adoção desse modelo educacional no Brasil e na América Latina, região que contava naquela época com cerca de 70 milhões de analfabetos.²¹

Na ocasião, o MA, por meio do SIA, foi convidado pela União Pan-Americana e pela UNESCO a coordenar um projeto junto ao MES, por meio de seu Departamento Nacional de Educação (DNE), orientado à recuperação e desenvolvimento das comunidades rurais. O método utilizado seria a organização social da comunidade por meio de uma missão educativa rural para adultos e sua realização foi entendida como uma contribuição experimental antes da criação do SSR, ainda em debate no Congresso Nacional. A cidade de Itaperuna, localizada a 450 km do Rio de Janeiro, foi escolhida por seus índices demográficos, sua extensão territorial, mas, sobretudo, pela grande variedade de situações socioeconômicas dentro de uma mesma área geográfica.²²

O relatório oficial do projeto foi elaborado pelo agrônomo José Irineu Cabral (1925-2007), diretor do SIA e coordenador da missão.²³ Além de Cabral, os demais integrantes da equipe foram:

20 Veja-se a tese doutoral de Rocha, “*Cultivando el Estado, sembrando el progreso*”.

21 Iraíde Marques de Freitas Barreiro, *Política de educação no campo – para além da alfabetização (1952-1963)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 31-32.

22 Brasil. Serviço de Informação Agrícola - Ministério da Agricultura (SIA/MA) *Missões rurais de educação – a experiência de Itaperuna. Uma tentativa de organização da comunidade*. Série Estudos Brasileiros, n.3. Rio de Janeiro, 1952, p. 19.

23 Cabral teria grande participação em projetos de extensão de maior complexidade institucional no futuro: seria fundador da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) (1956), além de um dos idealizadores, fundadores e primeiro presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (1973), ambas entidades destinadas a um tipo de extensionismo de perfil agrícola e capitalista de alto rendimento.

o agrônomo Plínio Luppi; assistente social Aylda Faria da Silva Pereira; a economista doméstica Ruth Guedes; e a enfermeira de saúde Yonita Ascenço Torres. O objetivo relatado da missão foi obter elementos adequados para apoiar a elaboração de um plano nacional, oferecendo indicadores e diretrizes técnicas para processos educativos e assistenciais para melhorar as condições de vida, tanto econômicas quanto sociais, da população rural.²⁴ As técnicas de trabalho utilizadas foram essencialmente a organização social das comunidades, através de visitas domiciliárias e contato direto com as famílias do meio rural, bem como reuniões com autoridades e lideranças locais e reuniões públicas, sendo as reuniões realizadas preferencialmente em escolas ou locais públicos de fácil acesso. Para isso, foram utilizados instrumentos de ensino audiovisual como instrumentos no trabalho educativo, como o rádio (através de seminários e esquetes educativos e os programas criados intitulados *O nosso lar* e *O homem e a terra*), e o cinema, sendo este considerado um dos meios de educação mais eficazes por sua função pedagógica e recreativa. Foram realizadas cerca de 100 exibições de filmes (cujos filmes eram de origem estadunidense) com a presença de cerca de 30.000 pessoas, assim como foram distribuídos brochuras, livros e material didático sobre agricultura, economia doméstica e indústria rural, saúde e economia, além de material para escolas primárias e para cursos educação complementar.²⁵

As atividades tiveram início em abril de 1950 e foram divididas nos seguintes setores: agricultura (formada por dois agrônomos e um veterinário do MA); médico-saúde (composto por um médico e uma enfermeira de saúde); economia doméstica (formada por especialista em economia doméstica e indústrias rurais); e um setor de serviço social (composto por um assistente social), além de ter um operador de rádio e cinema e um motorista. Todos os setores contaram com a colaboração das professoras primárias do sistema escolar existente. Cabia a cada um dos membros da equipe custear sua estadia e alimentação na missão e, apesar de cumprirem o tempo integral de 8 horas de serviço, o trabalho não se limitava à jornada de trabalho regulamentar. Devido à grande demanda dos moradores pelos serviços e por estarem localizados nas áreas mais remotas do município, muitas das atividades aconteciam nos finais de semana.²⁶ Além disso, a comissão técnica tinha que seguir algumas diretrizes: afastar-se das discussões político-partidárias das localidades visitadas, bem como das religiosas; manter uma atitude de igualdade no tratamento pessoal (seja com as pessoas mais influentes ou com o agricultor mais humilde); era incentivado o uso de linguagem e vestimentas mais informais; e era proibido obter lucros ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados à comunidade.²⁷

O setor médico-sanitário teve como objetivo disseminar noções de higiene, defesa da saúde e educação alimentar, com a criação de dois postos de saúde, além de campanhas de vacinação e cursos de enfermagem. O setor de serviço social se dedicou a realizar um estudo social das populações visitadas, por meio de observação direta, visitas e entrevistas, utilizando a metodologia de organização social da comunidade, atuando em conjunto com escolas, centros associativos e clubes agrícolas,

24 Brasil. SIA/MA, *Missões rurais de educação – a experiência de Itaperuna*, p.11.

25 Brasil. SIA/MA, *Missões rurais de educação – a experiência de Itaperuna*, p.45.

26 Brasil. SIA/MA, *Missões rurais de educação – a experiência de Itaperuna*, p.42.

27 Brasil. SIA/MA, *Missões rurais de educação – a experiência de Itaperuna*, p.137.

além de promover atividades teatrais e recreativas, bem como cursos de formação social e atividades de grupo. O setor de economia doméstica destinava-se a preparar as mulheres para o lar, para a melhor execução de suas tarefas domésticas, para o uso de métodos práticos de trabalho, organização e administração da família. Os cursos foram divididos por faixa etária: as meninas recebiam aulas de confecção de roupas, trabalho com lã e atividades manuais; enquanto as adolescentes e mulheres adultas recebiam cursos práticos de corte e costura, puericultura, noções de higiene e saúde, culinária, artesanato e outros problemas relacionados ao trabalho doméstico. É importante destacar que na missão de Itaperuna, a mulher surge, pela primeira vez, como elemento importante em uma política pública voltada ao mundo rural e impulsionada pelo MA, potencializando seu papel no núcleo familiar e como o centro de onde emanavam os cuidados pessoais e coletivos, seja com os deveres de higiene de seus familiares ou nas tarefas da indústria doméstica para o fortalecimento econômico da comunidade, algo que impactará a própria formação do corpo de servidores do Estado, que passou a incluir representantes do sexo feminino nas políticas públicas para o campo, como será visto adiante.

O trabalho do setor agropecuário da missão, que foi realizado pelos técnicos do MA, se caracterizou pelo contato direto com os agricultores para conhecer as condições da agricultura local e oferecer soluções para melhorar a produção. Entre os principais objetivos desse setor estavam a promoção do conhecimento dos fatores físicos para o exercício da agricultura (água, clima e solo), o uso racional dos recursos naturais, o estudo dos problemas de produção (como crédito, assistência, transporte, etc.), o incentivo ao associativismo e, por fim, despertar no agricultor a consciência da sua importância para a vida econômica e social do país.²⁸ A este setor cabia a articulação com os serviços agropecuários oficiais, a assistência técnica aos agricultores e aos clubes agrícolas, a orientação de grupos (associações e cooperativas), o fornecimento de sementes e mudas, além da venda de material agrícola e também o aluguel de máquinas.²⁹

Nesse sentido, o setor também oferecia cursos de extensão, que em geral tratavam de promoção da produção de hortaliças, seleção de sementes, cuidados com rebanhos, organização de clubes agrícolas, além de demonstrações práticas de conservação de recursos naturais e controle de pragas. Nesses encontros eram oferecidas sementes, incluindo o milho híbrido (de 1950 a 1951, a região de Itaperuna conseguiu aumentar a produção do produto de 2 para 24 toneladas), além de incentivar o melhoramento de produtos já cultivados na comunidade, como algodão, arroz, café, e também a pecuária. Os técnicos também foram responsáveis pela organização dos clubes agrícolas de educação infantil, onde foram incentivados o plantio de hortaliças, a avicultura, a apicultura e a formação de pomares. Neles, cabia aos técnicos instruir as professoras responsáveis pelos clubes, a fim de dar continuidade aos projetos em sua ausência. As demonstrações práticas foram geralmente realizadas em fazendas cujo proprietário manifestou interesse em aprender as técnicas, convidando assim outros produtores da região a participar dos eventos.³⁰

A missão sofreu limitações que contribuíram para seu posterior abandono em 1951. As divergências políticas e religiosas dos membros das comunidades visitadas, o mau desempenho de

28 Brasil. SIA/MA, *Missões rurais de educação – a experiência de Itaperuna*, p. 178.

29 Brasil. SIA/MA, *Missões rurais de educação – a experiência de Itaperuna*, p. 54.

30 Brasil. SIA/MA, *Missões rurais de educação – a experiência de Itaperuna*, p. 48-57.

alguns representantes do corpo técnico, a falta de permanência dos membros da equipe, a mudança de instrução e alteração dos programas pelos ministérios envolvidos, causou atraso e desequilíbrio na missão. Deve-se mencionar ainda que o principal fator foi a impossibilidade de realizar a organização da comunidade em um período curto e pré-determinado de trabalho, pois, para encerrar a missão, não bastava a instalação de centros sociais rurais, pois era necessário garantir ao pessoal local treinado alguma supervisão técnica para a continuidade das atividades. Nesse sentido, o caráter temporário da missão se mostrou ineficiente.³¹

Além disso, o sociólogo rural do MES José Arthur Rios (1921-2017) atribuiu o fracasso do empreendimento ao desinteresse do DNE, passando a missão a ser coordenada apenas pelo SIA, algo que modificou o plano original do projeto, privilegiando apenas o aspecto produtivo na missão.³² Em relação à pesquisa social realizada, concluiu-se que a divisão político-partidária em período eleitoral, aliada ao desconhecimento dos moradores, gerou um ambiente pouco propício à coleta de informações, dificultando a prospecção e análise de indicadores sociológicos. No entanto, o método de organização comunitária foi considerado satisfatório e com resultados expressivos pelos representantes ministeriais, assim como os recursos da educação audiovisual foram considerados como excelente ferramenta de trabalho e motivo de atração permanente das populações, ampliando assim a ação educativa.

A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) (1952-1963)

Em 1951, o diretor do DNE, Manoel Bergström Lourenço Filho (1897-1970) fez uma viagem de estudos ao México a pedido do ministro da Educação e Saúde, Ernesto Simões Filho (1886-1957), com o objetivo de conhecer o programa de educação rural mexicano. A visita culminou em um relatório intitulado *Educação Rural no México*, onde Lourenço Filho relatou as conquistas do programa sociocultural que incluiu comunidades rurais e indígenas, o desenvolvimento de um sistema de escolas e missões rurais e suas perspectivas futuras, sendo o documento amplamente disseminado no Brasil. O intercâmbio de Lourenço Filho com os responsáveis pelo programa mexicano lançou as bases para a criação da Campanha Nacional de Educação do Campo (CNER) em 1952, sendo regulamentada em 1956, no governo de JK, e extinta em 1963.

Ao se analisar os anos iniciais da CNER, nota-se que ela surgiu, portanto, de uma interessante combinação de influências feitas entre a experiência de Itaperuna, o trabalho da Comissão Brasil-Americana de Educação de Populações Rurais (CBAR) (1944) e dados de Lourenço Filho sobre educação rural mexicana. Em 1951, foi realizado no Brasil um encontro sobre educação do campo convocado pelo nutricionista Josué de Castro (1908-1973) com a participação de representantes da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e representantes da comissão

31 Brasil. SIA/MA, *Missões rurais de educação – a experiência de Itaperuna*, p.57.

32 José Artur Rios, “A CNER”. *RSP*, v.71, n.2, Maio, 1956, p.301.

de educação rural da missão Itaperuna. De acordo com os relatórios da diretoria, concluiu-se que apenas a alfabetização da população rural não atuou como solução para os problemas neste setor. Nesse sentido, a proposta de educação do campo apresentada no encontro buscou evitar o êxodo rural, enraizar o camponês em sua área de origem, ao mesmo tempo em que buscava formar lideranças entre jovens e adultos, inserindo-os no processo de desenvolvimento do país. A solução pretendida seria a modernização via capacitação técnica por meio de missões educativas rurais fixas, não mais temporárias como fora a missão de Itaperuna.

Segundo Rios, a primeira equipe da campanha era formada por dois técnicos do MA, que já haviam trabalhado na CBAR, ocasião em que foi firmado um convênio entre o DNE, a SEAV e o SIA. Para Rios, a discrepância entre os órgãos sobre os princípios e objetivos da campanha ficou evidente muito cedo, sendo notória a falta de compreensão da natureza do trabalho do superintendente da SEAV, Newton de Castro Belleza, que, segundo o sociólogo, viu no plano uma possibilidade de aumentar o reforço de verbas para seu órgão, revelando as tramas interministeriais dentro da CNER.³³ A insatisfação de Rios era que seria difícil envolver a SEAV em um trabalho de natureza dinâmica e, segundo seu depoimento, era evidente que a relação entre a SEAV e o SIA era de competição, e não de colaboração. Além disso, apesar dos técnicos do MA não estarem, nessa altura, a desempenhar qualquer função importante no ministério, não conseguiram dar o seu máximo na campanha, e a sua presença foi entendida por aquele órgão como uma apropriação indevida, assumindo o aspecto de uma “negociação de reféns”. Para Rios, o problema consistia em que os departamentos do MA não tinham uma distinção clara entre educação (técnica, processo e forma) e agricultura (contexto, conteúdo, matéria). Os técnicos agrícolas não conseguiam compreender que a crise do fomento agrícola residia, antes de tudo, na sua incapacidade em buscar ao agricultor, em dinamizar-se, em utilizar, por tanto, os métodos e processos educacionais.³⁴

Por fim, se conseguiu que o MA cedesse um dos técnicos e emprestasse outro, sendo a equipe final constituída por: um sociólogo rural, que seria o coordenador do trabalho, no caso Rios; Osvaldo Medrado e Aberlardo Vieira Miranda, os médicos sanitaristas; Bolívar de Miranda Lima e Renato Xavier, os agrônomos; Maximiro Nogueira de Medeiros, o veterinário; o diretor de fotografia Miguel Alves de Lima; o técnico de rádio Antônio Ferreira Rebelo Neto; e dois pilotos, Agostinho Simões da Silva e Waldir Viana.³⁵ Também se contou com a participação de geógrafos do Conselho Nacional de Geografia para a escolha de áreas preferenciais para a formação de educadores de base. Nessa época, foram escolhidas áreas mais próximas aos centros urbanos, com pequenas propriedades e baixa densidade populacional, e com potencial econômico. Segundo Rios, a questão econômica serviu como ponto de apoio e justificativa, além do fato de a campanha ser uma ação educativa e não assistencial, algo que foi destacado desde o início do projeto. Segundo o sociólogo, as áreas menos favorecidas não seriam excluídas, mas certas áreas funcionariam como ponto de inserção, onde os

33 Rios, “A CNER”, p.304.

34 Rios, “A CNER”, p.304.

35 Brasil. Ministério da Educação e Saúde. Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*, 1959, v.8, p.5-14.

técnicos entrariam nas áreas consideradas mais ásperas.³⁶

No final de 1951, surgiram demandas de diversas partes do Brasil para a realização da campanha, muitas delas resguardadas pelo apoio político de deputados e senadores aos seus núcleos eleitorais, além de clérigos, civis e militares. Nesse sentido, a ação da CNER foi realizada por meio de uma rede flexível de convênios e projetos, evitando a centralização, mas contando com iniciativas já existentes, como a da psicóloga educacional Helena Antipoff (1892-1974) em Minas Gerais, visando o aperfeiçoamento de professoras estaduais, e, nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, a atuação de bispos da Igreja Católica que atuavam na formação de professoras rurais, auxiliares sociais e de enfermagem, bem como como líderes catequistas. Posteriormente Antipoff se juntaria à campanha, assim como os bispos Dom Eliseu Simões Mendes (1915-2001) de Mossoró, Ceará, e Dom Eugênio Salles (1920-2012), de Natal, Rio Grande do Norte, que seriam os coordenadores do estado núcleos e executores de projetos CNER. A preexistência desses projetos contribuiu para o uso de mão de obra e infraestrutura, bem como ilustrou para os técnicos da campanha como a educação do campo estava sendo ofertada fora dos círculos oficiais do Estado.³⁷

Em 9 de maio de 1952, a CNER seria efetivamente implementada, estruturando-se em missões rurais, centros regionais de formação de educação básica, centros de formação de professores e auxiliares rurais, centros sociais comunitários, orientação de lideranças locais e centros de treinamento cooperativo. No entanto, seria somente em 27 de março de 1956, no governo de JK, que a CNER seria definitivamente regulamentada e passaria a contar com recursos próprios. Segundo Iraíde Barreiro, a concentração das atividades do programa em determinados estados e regiões onde ocorriam conflitos fundiários indica que a escolha das áreas de atuação estava atrelada a questões de posse territorial, o que para o CNER, assim como para a Igreja Católica, seria possível de resolver por meio da conciliação de interesses. Nesse sentido, sem influenciar as questões centrais da reforma agrária, a campanha fez uma grande aliança com a Igreja e, juntas, organizaram semanas educativas em cidades onde o movimento social do campo era mais organizado, como na cidade de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco e Limoeiro, São Rafael e Barreiros, no Rio Grande do Norte, cidades com forte presença das Ligas Camponesas.³⁸

No entanto, alguns problemas foram relatados na campanha, como o uso indevido de vans e jipes, a falta de projetores, material didático de baixa qualidade, publicidade que não correspondia à realidade do projeto (muitas vezes a campanha esteve associada à difusão de ideias comunistas), missões rurais e centros de educadores de base localizados em lugares irrelevantes, mas cujo uso político do trabalho visava o favorecimento eleitoral e, o mais preocupante, o tipo de perfil profissional enviado pelas secretarias estaduais e municipais. Seja pela idade ou pela ocupação, muitos deles jamais conseguiram se dedicar ao trabalho das missões rurais, que, segundo Rios, “exigiam técnicos jovens, solteiros e não viciados na rotina burocrática”.³⁹ Além disso, um dos principais problemas era a transferência mecânica da sociologia dos Estados Unidos para a realidade rural brasileira, uma vez

36 Rios, “A CNER”, p.305.

37 Barreiro, *Política de educação no campo*, p.34.

38 Barreiro, *Política de educação no campo*, p.53.

39 Rios, “A CNER”, p.311.

que os técnicos não tinham permissão para fazer adaptações de conteúdo ou na forma de atuação do programa americano, especialmente no que dizia respeito à assistência prática, pois de acordo com a cartilha utilizada, a ideia era evitar o paternalismo. Isso gerou muitos problemas para a aceitação dos técnicos e da própria campanha em algumas áreas rurais, pois não foi considerada a real necessidade da população assistida, pois se pretendia seguir rigorosamente os lineamentos do programa.⁴⁰

Apesar disso, alguns resultados foram expressivos. Entre 1952 e 1954, a CNER realizou 9 cursos, em 5 estados (Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul), formando um total de 330 alunos. Em 1955, o CNER contava com 25 missões rurais atuando em 10 estados, e centros de formação de professores rurais em 8 estados, nos quais também mantinham cooperativas e centros sociais. Até 1962, foram realizadas 17 missões rurais, foram criados 73 centros sociais comunitários, 9 cooperativas agrícolas, 4 centros de orientação de lideranças, 4 centros de formação de professores e auxiliares rurais e 4 centros de formação de educadores de base.⁴¹

É importante mencionar que a formação de alguns dos técnicos foi também realizada fora do país. Segundo Barreiro, como as missões de educação rural eram o pilar da campanha, a formação de muitos dos técnicos foi realizada nos Estados Unidos, momento em que foram feitos acordos financeiros, ideológicos e tecnológicos entre a CNER e o programa Ponto IV, além de um convênio com a Cooperativa Americana para Remessas no Exterior (CARE). Em 1956, 6 bolsistas foram selecionados pelo CNER e pela *United States Operation Mission-Brazil*, agência vinculada ao programa Ponto IV, para cursar comunicação e técnicas audiovisuais na Indiana University-Bloomington. Barreiro também destaca que muitos técnicos das missões rurais foram enviados ao México para receber formação mais consistente sobre as missões realizadas no Centro Regional de Educação Fundamental para a América Latina (CREFAL), localizado na cidade de Pátzcuaro, com as bolsas oferecidas pela Unesco (em 1952, cinco técnicos brasileiros foram formados no centro mexicano).⁴²

Internamente, o bom prosseguimento da CNER se sujeitava a disputas de caráter inter e intraburocráticos. Em 1952, o MA solicitou ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) o corte de verbas para a CNER por tratar da questão da educação do campo, alegando que a esfera do órgão atuação. A partir de então, Rios afirma que o MA começou ostensivamente a combater a CNER, forçando a retirada dos serviços agrícolas federais que colaboraram com a campanha em várias áreas do país. O DASP respondeu em sua fundamentação n.29, de janeiro de 1953, que a palavra “educação” era um substantivo e “rural”, um adjetivo, e a disputa tornou-se tão notória que culminou em veementes debates epistolares entre os ministros da Agricultura, João Cleophas, e Educação e Saúde, Simões Filho. Rios acredita que, por trás de uma disputa de léxico, havia o desejo de monopolizar os recursos em dólares, garantido pelo acordo firmado entre o governo brasileiro e

40 Por exemplo, em uma cidade do estado do Ceará, uma médica da missão rural não conseguiu consultar ou prestar assistência médica a uma região sem hospitais e com alto índice de doenças epidêmicas, pois seu papel era apenas de educação em saúde. Barreiro, *Política de educação no campo*, p. 65.

41 Em 1956, a CNER passaria a possuir 45 centros sociais comunitários, presentes em sete estados, dos quais 16 localizados no estado do Rio Grande do Norte. Barreiro, *Política de educação no campo*, p.60/71.

42 Rios, “A CNER”, p.315.

o Ponto IV para o desenvolvimento da educação do campo. O MA, segundo Rios, pretendia reforçar seu frágil orçamento e fez o possível para fazer parte da comissão encarregada de administrar os fundos do CNER.⁴³

Dada a disputa interna entre os ministérios, o programa Ponto IV optou por não enviar os recursos naquele momento até que a situação fosse resolvida. Na opinião de Rios, conseqüentemente, o MA passou a desestabilizar a CNER por meio de outros mecanismos, denunciando o Presidente da República ao dizer que os altos salários da campanha significavam que os agrônomos eram “roubados do quadro do ministério.” Em sua visão, o que aconteceu é que os agrônomos foram recrutados diretamente nas escolas de Agronomia, nos serviços estaduais atuando em sistema de acordo com a campanha, ou nas agências de crédito e assistência rural criadas pela Fundação Rockefeller (FR). Os salários correspondiam ao tempo de serviço e às responsabilidades dos técnicos nas missões rurais, função muito diferente das atribuições burocráticas das divisões do MA, resultando em uma grande desmoralização desse ministério entre as escolas de agronomia. Ao mesmo tempo, tal situação desencorajou os técnicos que trabalhavam no CNER porque foram obrigados a abandonar suas tarefas na campanha para defender sua posição nas organizações burocráticas.

Para Rios, a grande dispersão das missões rurais contribuiu para o fracasso final da CNER em 1963, ou seja, o que gerou o “divórcio entre a missão e o centro social”.⁴⁴ A grande expansão geográfica das missões rurais acrescentou complexidade estrutural, assim como os técnicos enfrentaram diferentes realidades, que muitas vezes se transformaram em práticas diferenciadas do programa original. Assim, a CNER sofreu uma paralisação, o crescimento de recursos para suas atividades não foi acompanhado de um processo de avaliação das políticas públicas implementadas, nem houve controle sobre os motivos da extinção ou transferência de determinadas missões.⁴⁵ Segundo Rios, os ministros que se sucederam no MES deram pouco valor ao trabalho da CNER, os recursos foram cortados, assim como sua autonomia administrativa. Os integrantes da campanha tiveram que se subordinar ao horário comum de arquivo de trabalho, totalmente inadequado para o seu tipo de atividade. Em 1955, as missões ficaram seis meses sem supervisão e vencimentos. Rios não atribuiu a culpa pelo fracasso da CNER aos jovens técnicos entusiastas e idealistas, mas à direção hesitante e incoerente do DNE e, principalmente, às disputas com o MA.⁴⁶ Por fim, apesar do fracasso, para Rios a CNER apresentou um grande resultado:

Revelou a fecundidade de um encontro entre a elite técnica e a massa trabalhadora no campo educacional. Apontou aos legisladores o caminho natural para a execução de um plano nacional de reforma agrária, onde a distribuição de terras terá que ser acompanhada de assistência agrícola, educacional e médico-sanitária aos novos proprietários. Provou a possibilidade de transfundir numa estrutura administrativa corrompida pelo compadrio, solapada pela crise de autoridade e diminuída pelo baixo estalão de seus dirigentes, o idealismo e a capacidade criadora da gente moça. Esquecidos dos educadores do asfalto,

43 Rios, “A CNER”, p.317.

44 Rios, “A CNER”, p.316.

45 Rios, “A CNER”, p.317.

46 Rios, “A CNER”, p.317.

sem recursos materiais, sem equipamento, às vezes sem a paga a que têm direito, continuam pelas estradas do interior, conversando, ensinando, convencendo. Numa era de infidelidades, mantêm-se fiéis à sua vocação de educadores e seu exemplo é uma simples e luminosa lição de fraternidade humana.⁴⁷

Integração das mulheres nos quadros burocráticos do MA

Embora os dados sobre a presença e atuação das mulheres nas políticas promovidas pelo MA careçam de maiores pesquisas, é possível afirmar que o contexto socioeconômico apresentado a partir da década de 1940 possibilitou a inserção feminina no aparelho de Estado. Apesar das carreiras de agronomia ou medicina veterinária ainda serem bastante limitadas às mulheres no período, devido a uma clara oposição entre o exercício destas profissões e a mentalidade tradicional atribuída aos gêneros naquela época, o setor agrícola ainda poderia oferecer outras oportunidades de trabalho para representantes do sexo feminino. Nesse sentido, é importante notar que o Brasil não estaria imune às transformações sociais na questão de gênero e, sobretudo, às tendências de emancipação feminina decorrentes dos esforços de reconstrução econômica do pós-guerra e que seriam expandidos na Guerra Fria.

Talvez o primeiro espaço de inserção laboral no meio rural, embora não necessariamente vinculado ao serviço público federal, mas, mais precisamente, aos serviços estaduais e municipais, tenha ocorrido com a atuação das professoras rurais nas campanhas de educação do campo, conforme apresentado anteriormente no caso da CNER. É importante mencionar que, segundo Ribeiro, a atuação das professoras rurais não se restringiu à sala de aula e sua atividade docente, mas também que assumiu o papel de liderança rural em muitas comunidades do interior do país. No caso da CNER, por exemplo, os cursos de formação de professoras rurais visavam capacitá-las a desenvolver, por meio de suas escolas, atividades educativas com vistas à melhoria das condições higiênicas, sociais e econômicas das comunidades, incluindo a escola rural como célula-mãe para o estabelecimento de novas técnicas e progresso social no campo. As professoras rurais foram responsáveis por promover atividades como rodas de estudos, congressos, clubes agrícolas, aulas de agricultura, clubes de mães, entre outras, contribuindo para a transformação cultural da população rural sob sua orientação. Em 1952, cerca de 100 professoras foram formadas, enquanto em 1959 cerca de 1.500 concluíram os cursos de formação da CNER.⁴⁸

Cabe ainda mencionar que algumas mulheres encontraram nos cursos de Serviço Social e Economia Doméstica o espaço privilegiado para sua inserção profissional na esfera agrária em nível federal. O curso de Serviço Social, profissão relativamente nova no final de 1950 (nesse período, as mulheres representavam 84% dos alunos, enquanto os homens apenas 16%), abrangia diferentes áreas

47 Rios, “A CNER”, p.318-319.

48 Barreiro, *Política de educação no campo*, p.51/ “Articulação entre desenvolvimento econômico e educação aos países latinos: educação rural no Brasil, anos cinquenta”. *Projeto História*, v.32, Junho, 2006, São Paulo, p.133.

da atividade humana (indústria, comércio, medicina e agricultura), e encontrou um amplo espaço de trabalho no meio rural devido ao aumento das tensões no campo.⁴⁹ De acordo com o relatório da Agência Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) de 1958, a idade média dos assistentes sociais era de 25 anos, com clara predominância de mulheres solteiras (82%).⁵⁰ Do número de 74 assistentes sociais que ocupavam cargos em órgãos federais em 1958, pelo menos 19 delas estavam localizados nos quadros do MA, sendo integrados ao SSR (14), à SEAV (número não informado no relatório) e ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC)(5).⁵¹

Por sua vez, o curso de Economia Doméstica estava previsto na legislação de 1909 do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), o qual tratava dos cursos profissionalizantes, mas sua regulamentação nos currículos escolares só foi dada em 1930. Sua importância foi retomada em a III Conferência Interamericana de Agricultura, em 1945, em Caracas (Venezuela), na qual Newton de Castro Belleza atuou como chefe da delegação brasileira. Na ocasião, foi debatido o tema “*Mulheres e desenvolvimento agrícola*”, momento em que se discutiu a necessidade de pessoal técnico para orientar o agricultor e sua família, bem como os melhores métodos de administração doméstica e aproveitamento da indústria rural.⁵² Em 1952, foi criada a primeira Escola Superior de Ciências Domésticas, na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de Viçosa (ESAV), cujo currículo era baseado no modelo pedagógico de Economia Doméstica dos Estados Unidos, com ênfase no estudo de nutrição, higiene, administração doméstica e indústrias rurais, além de ser orientada a atuar junto às donas de casa, incentivando-as a participar racionalmente das tarefas domésticas, bem como a desempenhar com eficiência suas responsabilidades de esposa e mãe.⁵³ Dessa forma, um espaço específico de ocupação se impôs ao sexo feminino: o lar. Talvez por isso, a profissional de economia doméstica estivesse bem integrada nas atividades de extensão e nos trabalhos de educação do campo realizados pelo MA, como a CNER e a missão de Itaperuna.

É possível afirmar que a ideologia do *American Way of Life* difundida entre os países capitalistas no contexto da Guerra Fria estendeu-se também à organização do mundo na ordem privada. Esse estilo de vida prescreveu a esposa recatada, boa mãe e com habilidades para o trabalho doméstico como modelo feminino, ideias que foram transpostas para o meio rural.⁵⁴ Nesse sentido, era bastante natural que a carreira de economista doméstica, segundo o relatório, fosse essencialmente ocupada por mulheres, com um perfil etário médio de 30 anos, o que indicava um início profissional tardio, sendo a maioria delas solteiras.⁵⁵ Diante das novas políticas de perfil sociológico para o mundo rural, é possível conjecturar que a economista doméstica passou a ser considerada um elemento importante na consecução de políticas de intervenção social no campo, especialmente aquelas que

49 Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura – formação profissional e mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: ABCAR, 1961, p.321.

50 ABCAR, *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura*, p.322.

51 ABCAR, *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura*, p.329.

52 Brasil. Boletim do Ministério de Agricultura (BMA), álbum Agosto – 1945, *Resoluções da III Conferência Interamericana de Agricultura*, p.27.

53 ABCAR, *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura*, p.346-347.

54 Camila Fernandes Pinheiro. *Mulheres e extensão rural no Brasil (1948-1970)*. Simpósio Nacional de História (XVIII: 2015: Florianópolis), p.6.

55 ABCAR, *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura*, p.355.

tratavam da inclusão da mulher rural na dinâmica produtiva, fazendo com que mais profissionais fossem recrutadas para compor os quadros do ministério. Apenas para fins de ilustração, em 1958, 39 economistas domésticas encontraram inclusão profissional nos seguintes serviços do MA:

Quadro n.2 Número de economistas domésticas nos diferentes departamentos do MA (1958)

Órgão	Número
Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV)	11
Universidade Rural (UR)	5
Serviço de Informação Agrícola (SIA)	3
Campanha Nacional de Educação Rural (CNER)	3
Divisão de Fomento da Produção Vegetal (DFPV)	1
Diferentes escolas de agronomia vinculadas ao MA	16

Fonte: ABCAR, *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura*, p.360.

Conclusão

O período compreendido entre 1946 e 1954 é um momento caracterizado pela plena transição do fim da hegemonia agrário-exportadora para o início da estrutura urbano-industrial. É possível afirmar que o MA incentivou ostensivamente a penetração de capitalismo no campo, por meio de diferentes instrumentos de gestão, seja com atuação direta na legislação agrária favorável às entidades patronais, seja com o incentivo a um tipo de educação rural que buscava fixar homens e mulheres rurais nas atividades agrícolas, seja com a dispersão da deliberação das questões do campo compartilhada entre diferentes organismos, agências e interlocutores, servindo o ministério de forma notória como espaço de conciliação dos interesses do segmento agroindustrial do Brasil em âmbito federal.

Os achados encontrados na pesquisa sobre a atuação dos técnicos nas políticas do MA, e também na cooperação com outros órgãos federais, tanto nos primeiros projetos de extensão rural promovidos pelo Estado, como a missão rural de Itaperuna e a CNER, surgem como evidência da capacidade de adaptação da máquina estadual às novas demandas socioeconômicas que estavam em ebulição e da ampliação da participação dos técnicos no serviço público federal. É importante mencionar que as novas demandas sociais exigiram do corpo maior capacidade de ação de seus agentes, fazendo emergir novos perfis técnicos, como o extensionista rural, além de um aumento da

participação feminina (caso das professoras rurais, assistentes sociais e economistas domésticas). As diferentes políticas públicas propostas pelo MA deixaram claro seu alinhamento com os interesses agroindustriais e patronais, fossem nacionais ou internacionais, cujo projeto se baseava no desenvolvimento educacional rural para aumentar a produtividade, sem uma preocupação real com a melhoria do padrão de vida das populações agrárias.